

Contribuições dos estudos linguísticos para o conhecimento da expressão de gênero e número em Kayabí

Jéssica G. de Gusmão da Silva¹
Eliete de Jesus Bararuá Solano²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo um breve levantamento dos trabalhos já publicados no âmbito dos estudos sobre gênero gramatical e número Kayabí, língua pertencente ao subramo VI da família Tupí-Guaraní, tronco Tupí (Rodrigues e Cabral 2002). O Kayabí possui a particularidade de selecionar formas pronominais de terceira pessoa de acordo com o gênero do falante e/ou do ouvinte. Muitas línguas indígenas brasileiras manifestam marcação dos traços de gênero e número em sua morfologia, embora a ocorrência da distinção entre fala masculina e feminina seja bem menos comum. Apesar da relevância deste objeto de estudo para o conhecimento das línguas e culturas existentes em território nacional, nota-se que ainda há pouco material a ele dedicado em língua portuguesa, de onde a pertinência do inventário que ora se propõe.

Palavras-chave: Morfologia, Kayabí, Família Tupí-Guaraní, Gênero, Número

Abstract

The aim of this study is to present a brief account of previously published works on grammatical gender and number in Kayabí, a language belonging to subbranch VI of the Tupí-Guaraní family, Tupí stock (Rodrigues and Cabral 2002). Kayabí has the particularity of selecting third person pronominal forms according to the speaker's and/or the listener's gender. Various Brazilian indigenous languages show gender and number marks in their morphology, although the occurrence of the distinction between male and female speech is much less common. In spite of the relevance of this research to improve knowledge on national languages and cultures, it is noticed that there is still little material on the theme in Portuguese language, thus the pertinence of present bibliographic inventory.

Keywords: Morphology. Kayabí. Tupi-Guarani Family. Gender. Number

¹ Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, bolsista CAPES.

² Doutora em Linguística Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Professora adjunto IV na Universidade Estadual do Pará.

Reflexões sobre os conceitos de gênero em línguas naturais

Gênero, como define Audring (2011), é uma característica de substantivos refletida nos nomes que com eles concordam (verbos, adjetivos, artigos e pronomes), embora advérbios e posições também possam apresentar concordância com o gênero de nomes em função argumentativa. Corbett (2006), por sua vez, destaca que os estudos sobre gênero revelam o quão diferentes as línguas podem ser, e por isso despertam grande interesse. De acordo com este autor, enquanto em muitas línguas esse traço é importante e está presente em grande parte dos enunciados, como no caso das línguas afiliadas ao Indo-Europeu, em outras, ele simplesmente está ausente.

Ainda conforme Corbett (2006), há uma considerável variedade de sistemas de gênero possíveis. O sexo pode ser um componente relevante para a classificação, como em línguas com masculino e feminino, ou não, a exemplo de línguas em que a distinção é feita entre animado e inanimado. No entanto, diferentemente do critério “sexo”, o autor classifica a concordância como sendo componente indispensável para a identificação de um sistema de gênero. Assim, “uma língua possui um sistema de gênero apenas se sintagmas nominais encabeçados por nomes de diferentes tipos controlam diferentes concordâncias”³ (Corbett 2006:749).

Essa definição, que relaciona a marcação de gênero à concordância, baseia-se na asserção de Hockett (1958:231), de que gênero são “classes de nomes refletidos no comportamento de palavras associadas”⁴. Segundo Corbett (2006:750):

Para que dois nomes estejam na mesma classe de concordância, eles devem fazer as mesmas concordâncias sob todas as condições – ou seja, se mantivermos outros traços como caso e número constantes [...]. Se dois nomes diferirem em concordância, quando fatores tais como caso e número forem mantidos constantes, então eles pertencem a duas classes de concordância diferentes e normalmente pertencerão a dois gêneros diferentes⁵.

Sobre o tema, Payne (1997:107) afirma que “uma classe nominal, gênero ou

³ “[...] a language has a gender system only if noun phrases headed by nouns of different types control different agreements”. (Corbett 2006:749)

⁴ “Genders are classes of nouns reflected in the behavior of associated words.” (Hockett 1958:231)

⁵ “For two nouns to be in the same agreement class, they must take the same agreements under all conditions – that is, if we hold constant other features such as case and number [...] If two nouns differ in their agreements when factors such as case and number are held constant, then they belong to two different agreement classes and normally they will belong to two different genders.” (Corbett 2006:750)

sistema de gênero gramatical é a classificação gramatical de nomes, pronomes e outros dispositivos referenciais”⁶, a qual pode estar ligada a alguma forma de agrupamento extralinguístico, como humano/não humano ou macho/fêmea⁷, embora a classificação gramatical seja independente de qualquer classificação natural. O autor esclarece que, em termos de distinção entre gênero e sistemas de classe nominal, se há alguma diferença entre eles, ela reside no fato de que os sistemas de classe nominal geralmente envolvem a presença de classificadores, os quais são definidos como operadores especiais usados em alguns ou todos os sintagmas nominais para expressar diretamente a classe e o nome. Já os sistemas de gênero puros, geralmente, não demandam classificadores – em vez disso, a distinção gramatical seria feita pela concordância (Payne, 1997:107).

Regúnaga (2011), uma das mais importantes referências quando se trata de gênero linguístico entre as línguas indígenas da América do Sul, argumenta que as línguas frequentemente apresentam algum sistema gramatical para a categorização dos referentes dos substantivos. Entre os modos de classificação nominal, ela destaca que tradicionalmente distinguem-se os sistemas de gênero, classes nominais ou classificadores, os quais fazem referência a propriedades inerentes aos substantivos.

No tocante às línguas indígenas brasileiras, Cabral et al. (2015:322) afirmam que “de uma forma ou de outra, toda língua nativa do Brasil faz, em princípio, alguma distinção de gênero biológico”. Nelas, a marcação desse traço pode ocorrer de diferentes maneiras: por meio de formas pronominais de primeira e/ou terceira pessoa, demonstrativos, advérbios, ou através de marcações de natureza fonológica. De acordo com os autores (2015:322), “a distinção entre fala masculina e feminina” e “a distinção de gênero masculino, feminino e neutro nos nomes com ou sem manifestações de concordância nos determinantes e nos núcleos de predicados de que são argumento” são duas das expressões de gênero mais difundidas. Ademais, segundo Cabral et al. (2015:322), línguas Tupí-Guaraní pertencentes ao complexo Kawahíwa, como Parintintín, Tenharin, Djiahúj, Uru-Ew-Waw-Waw, Juma, Amondáwa, Karipúna, Piriúkúra, Apiaká e Kayabí, em sua totalidade “distinguem gênero ‘masculino’ e ‘feminino’ de referentes animados por meio de formas pronominais de terceira pessoa”.

O conceito de família Tupí-Guaraní aqui adotado é o proposto por Rodrigues (1985), segundo o qual essa família é constituída de oito subgrupos. Entretanto, foi considerada também a revisão feita por Rodrigues e Cabral (2002), que passou a incluir novas línguas e a remanejar outras, de um sub-ramo a outro, em função dos novos achados à época da publicação do referido estudo. Esse foi o caso do Kayabí, que passou a ser associado ao sub-ramo VI, mas que até

⁶ “A noun class, gender, or grammatical gender system is the grammatical classification of nouns, pronouns, and other referential devices.” (Payne 1997:107)

⁷ No original: “female vs. male” (Payne 1997:107)

então era concebido como pertencente ao sub-ramo V.

Por ser a análise das manifestações de gênero de relevância para os estudos morfológicos, morfossintáticos e lexicais, bem como um dos temas prediletos no âmbito dos estudos histórico-comparativos, é que nos propomos, no presente trabalho, a apresentar uma síntese de alguns dos principais aspectos dessas manifestações no Kayabí, segundo a perspectiva de diferentes autores.

Gênero e número no Kayabí

Nesta seção, analisaremos as contribuições de Dobson (1972, 1997, 2005), Weiss (1998), Souza (2004), Faria (2004), Gomes (2007) e Braga (2016) no que se refere às manifestações de gênero e número na língua Kayabí.

Segundo Dobson (1997:22), uma das pioneiras no registro e descrição do Kayabí, o verbo nessa língua recebe marcação de sujeito através de um prefixo, podendo haver também a utilização de pronomes livres – estes, entretanto, não encontrados na segunda pessoa. Weiss (1998:79), outra importante estudiosa da língua Kayabí, acrescenta que os pronomes antecedem verbos, descritivos, substantivos e relacionadores, podendo ser divididos em cinco classes e duas séries, de acordo com as características morfológicas que apresentam.

Tanto Dobson (1972:5) como Weiss (1998:80) concordam que diferentes pronomes de terceira pessoa são utilizados de acordo com o sexo do falante e do referente do nominal, embora, especificamente para esta autora (Weiss 1998:80), a terceira pessoa do plural só manifeste o gênero do falante. Dobson (1997:135), entretanto, pontua que, em contexto de relato, se um falante repete o que alguém do sexo oposto disse, os pronomes utilizados na fala original serão preservados. Isto acontece por não haver discurso indireto no Kayabí – fato que, destacamos, está relacionado à ausência de encaixamento de orações na referida língua. Em relação ao número, a autora destaca a existência de dois pronomes de primeira pessoa do plural, chamados de inclusivo e exclusivo: o primeiro, usado quando o(s) interlocutor(es) está incluído na ação expressa pelo verbo; o segundo, por sua vez, não inclui o(s) ouvinte(s).

Dobson (1997:16) acrescenta que determinados verbos são marcados com um prefixo indicador de sujeito, que deve concordar com o sujeito da sentença. Ela relata, ainda, a existência de uma subclasse verbal, constituída por formas como -joo’o ‘chorar’, -porowyky ‘trabalhar’, -porogyta ‘conversar’, em que as formas verbais de primeira e terceira pessoas seriam iguais (Dobson 1997:25). Nesses casos, o uso do pronome livre teria como fim explicitar a diferença entre as formas verbais, como nos exemplos a seguir (Dobson 1997:26):

| | |
|---|---|
| -porowyky | -porogyta |
| 1ª pessoa do singular: oporowyky je | 1ª pessoa do singular.: ooporogyta je |
| 3ª pessoa do singular: oporowyky ‘gã / kīā | 3ª pessoa do singular: oporogyta ‘gã / kīā |

Ora, na realidade, as formas não são iguais. Dado que a língua não permite a ocorrência de ambiguidade, há que se considerar dois prefixos distintos, pelos muitos mecanismos que possui para que, em uma sentença, a primeira pessoa não seja confundida com a terceira, incluindo a estratégia de concordância vigente.

Outro contexto em que Dobson (1997:35) apresenta a marcação de indicadores de pessoa concordando com o sujeito do verbo principal é o de verbos que indicam posição física ou que estejam no modo progressivo. Ela acrescenta que:

na língua Kayabí todos os verbos precisam ser marcados por pessoa. Nos verbos intransitivos, esta desinência de pessoa indica a pessoa do sujeito, e tem de concordar com o sujeito da oração. Nos verbos transitivos, o indicador indica o objeto do verbo e não o sujeito. (Dobson 1997:85)

Há, ainda, os chamados verbos descritivos (Dobson 1997:44), equivalentes aos verbos ‘ser’ ou ‘estar’ no Português, os quais “mostram que o sujeito tem certa qualidade, sofre algo, ou possui algo” (Weiss 1998:85). Observamos que essa análise não é consensual entre os linguistas. Há estudiosos que consideram essas palavras uma subclasse de nome, ou seja, nomes descritivos (Dietrich 2000; Rodrigues 1996; Cabral 2009, Solano 1999, entre outros). Dobson está, portanto, entre aqueles que assumem a existência de verbos descritivos em línguas Tupí-Guaraní, os quais recebem indicador de pessoa. Para estes, segundo Dobson (1997:44), tal como nos verbos ativos, o prefixo verbal é obrigatório, sendo o pronome livre não obrigatório, e podendo aparecer em outro lugar na sentença. Alguns exemplos, extraídos de Weiss (1998:85) e que ilustram essa proposta são os seguintes: iaky ‘gã ‘ele está molhado’ e ea’a ‘ele lembra’.

Em geral, na forma imperativa, o verbo recebe marcação pessoal, mas esta reflete apenas singular e plural, e não gênero, com os prefixos e- e pe’je-, respectivamente (Dobson 1997:103). No entanto, em outras categorias de imperativo, pode haver a presença do pronome de terceira pessoa marcado para gênero, como no imperativo de advertência (Dobson 1997:104). Ademais, os pronomes também podem ser usados juntamente com nomes e substantivos. No caso de aparecerem com nomes de animais, servem para indicar o sexo deste, marcando gênero, ou para indicar pluralidade, marcando, pois, número (Dobson 1997:77).

Patrícia de Oliveira Borges e Souza (Unicamp, 2004): Estudos de aspectos da língua kaiabí

Baseada nos diversos trabalhos de Dobson e Weiss, a dissertação de Souza (2004) contempla de maneira mais aprofundada a questão dos pronomes pessoais de terceira pessoa no Kayabí, trazendo novas contribuições ao entendimento de suas manifestações na língua.

Souza (2004) apresenta os pronomes pessoais, que são divididos em 1ª pessoa singular/plural ('nós' inclusivo e exclusivo), 2ª pessoa singular/plural, 3ª pessoa singular/plural. A respeito dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas, a autora ressalta que eles apontam para as pessoas do discurso, e que a terceira pessoa seria tratada como uma não pessoa, aquele de quem se fala, "a referência zero fora da relação eu/tu" (Souza 2004:39).

Todavia, em suas palavras (Souza 2004:40), "em kaiabí quando se faz referência à 3ª pessoa, ele necessariamente se aponta para o eu, o locutor, pois o gênero do locutor e do referente definem o pronome a ser utilizado" (grifo no original). É nesse contexto, portanto, de uso da terceira pessoa, que se marca a diferença entre os diferentes pronomes usados por mulheres e homens, as chamadas falas masculina e feminina.

Segundo Souza (2004:41), um substantivo pode ocorrer sem marca nominal quando sucedido por um pronome de 3ª pessoa, visto não se apresentar, nesse caso, como núcleo do sujeito ou do objeto. Ela ressalta, no entanto, que, os pronomes não apenas acompanhariam o nome, mas que sua ocorrência teria uma função discursiva, ao apontar para o locutor, e poderia trazer ênfase a um termo da oração (Souza 2004:43).

A autora também pontua que, na cultura Kayabí, o narrador de uma história sempre irá se dirigir a apenas um ouvinte, independentemente da presença de outras pessoas (Souza 2004:43). Assim, durante o relato, serão utilizadas partículas indicando o sexo do falante e do ouvinte, as quais possuem também uma função fática, de obter resposta do interlocutor. No entanto, em contextos de conversação informal, o uso dessas partículas não impõe necessidade de resposta, apenas marca a interlocução (Souza 2004:44). Dobson (1972, 2005) apresenta tais partículas como vocativos, sem relacioná-las ao gênero dos interlocutores. Para Souza (2004:45), contudo, sua utilização pelos personagens no discurso corroboram a marcação de gênero falante-ouvinte. Recomendamos a leitura do trabalho de Souza (2004) para maiores esclarecimentos.

André Luiz Faria (Unicamp, 2004): Ordem oracional e movimento de clítico de segunda posição em kayabi (família Tupi-Guarani)

Em seu trabalho, Faria (2004) expõe brevemente o sistema pronominal do Kayabí, e assume, embora sem discussão sobre o tema, que os prefixos pessoais marcam concordância nessa língua. Ademais, segundo ele, seria errônea a classificação que Dobson (1976:19) dá aos pronomes livres de primeira e segunda pessoas, já que se tratariam, na realidade, de clíticos de segunda posição, devendo, portanto, “ocupar a segunda posição na sentença após um sintagma ou núcleo” (Faria 2004:20). Isto teria implicações quanto à classificação da língua como sendo de ordem básica OSV, pois esta seria uma ordem marcada pragmaticamente (cf. Faria 2004:28).

Efetivamente, a pesquisa de Faria (2004), que é desenvolvida sob os pressupostos da teoria gerativa, mostra-se de pouca relevância para uma discussão sobre a parte semântico-funcional dos pronomes da língua, visto que sua abordagem é prioritariamente estrutural e teórica, com foco na ordem de constituintes. Adicionalmente, encontramos dificuldade em comparar as análises por ele feitas com as dos autores consultados, dada a ausência de referenciação adequada quando da utilização de exemplos no corpo do texto.

Nataniel dos Santos Gomes (UFRJ, 2007): Clíticos, redobro e variação da ordem oracional em Kayabí (Tupi-Guarani)

Inicialmente, Gomes (2007) apresenta aspectos gerais da gramática Kayabí, e tece considerações a respeito da possibilidade de variação na ordem oracional da língua. O autor avalia que a ordem SOV é tratada como preferencial por Dobson (1997) no Kayabí, sem que haja generalizações a respeito variação da ordem oracional na língua, sendo dada tão somente uma lista de regras para a indicação da ordem, dentre as quais algumas não se provariam válidas (cf. Gomes 2007:25).

A respeito dos pronomes, Gomes (2007) cita os dados de Dobson (1988), destacando que não há, na apresentação desta autora, menção “sobre a manifestação sintática desses pronomes” (Gomes 2007:27). Ele menciona, ainda, o fato de as construções com redobro não serem comentadas em Dobson (1998), e de não haver, em Dobson (1997), “referência explícita sobre a existência de redobro de clíticos, nem sobre a existência de pronomes clíticos e sobre a ordem” (Gomes 2007:30).

Gomes (2007:30) atribui a omissão quanto ao tratamento dos clíticos à “dificuldade que um não especialista na língua tem para entender os fatos gramaticais e para buscar fenômenos que são de interesse para uma teoria mais formalizada”. Além disso, embora deixe clara a utilização exclusiva de dados

de segunda mão em sua tese e reconheça as limitações desse emprego, defende que seu trabalho “se torna muito mais árduo do que o daqueles que realizam pesquisa de campo porque é preciso encontrar os dados relevantes em meio a muito ‘ruído’, para confirmar ou refutar hipóteses” (Gomes 2007:32).

Ora, reconhecemos que toda produção acadêmica está sujeita, e é desejável que esteja, a revisões e aperfeiçoamentos por parte de outros pesquisadores. No entanto, parece-nos justo pontuar que os esforços em se lançar novas luzes sobre aspectos particulares da gramática de uma língua não devem trazer descrédito ao pesquisador de campo pioneiro. Nesse sentido, as afirmações de Gomes (2007) mostram-se temerárias, visto que ele não contribui com novos dados sobre o Kayabí, e utiliza-se principalmente dos trabalhos de Dobson para a realização de suas análises sob a perspectiva gerativista. Assim, o conjunto desses fatores parece-nos, antes, e contrariamente ao que foi dito, testemunhar em favor da expertise da referida autora - apesar das lacunas e eventuais incorreções que sua produção possa apresentar.

Na seção Notas sobre a Gramática Kayabí, Gomes (2007:33) apresenta uma síntese dos elementos pronominais da língua, destacando que a identificação de argumentos verbais por meio de afixos pessoais é um tipo de sistema comum à maioria das línguas Tupí. No entanto, segundo o autor, não se teria informação sobre outra língua da família Tupí-Guaraní, além do Kayabí, em que a diferenciação entre verbos transitivos e intransitivos seja feita através de afixos pronominais (GOMES 2007:35). Ademais, a seleção dos prefixos pronominais em Kayabí respeitaria uma hierarquia referencial de pessoa, do tipo 1>2>3 para verbos transitivos (Gomes 2007:37). Assim, em suas palavras,

A diferença do Kayabi para as outras línguas, reside nos seguintes fatos: (i) diferentes formas de prefixos de 1ª plural inclusiva para expressar o sujeito transitivo e o sujeito intransitivo; e (ii) manifestação da hierarquia referencial para a expressão da relação 1>2. (Gomes 2007:39).

Sobre a hierarquia referencial, o autor esclarece:

Quando o sujeito é de 1ª ou de 2a e o objeto é de 3a, somente o primeiro se manifesta morfologicamente no verbo. Quando o sujeito é de 3a e o objeto de 1a ou 2a, apenas os últimos são expressos na morfologia verbal. Quando tanto o sujeito e o objeto são de 3a, o verbo fica marcado pelo afixo referente ao sujeito. (Gomes 2007:47)

Acerca da manifestação dos afixos pessoais em formas verbais, Gomes (2007:40) menciona que as orações independentes, denominadas declarativas por Dobson (1978, 1997), servem à introdução de novas informações e personagens no discurso, e correspondem às formas de Indicativo I de Rodrigues (1954).

Já as formas narrativas, ou dependentes, também chamadas de gerúndio nos estudos sobre o Tupí-Guaraní, ocorreriam em orações com mais de um verbo (cf. Gomes 2007:40). Ainda em relação às diferentes nomenclaturas, Gomes (2007:43) identifica a construção de enfoque em Dobson (1997, 2005) com o Indicativo II em Rodrigues (1954).

Na sequência, Gomes (2007) apresenta uma síntese das observações de Dobson sobre a ocorrência dos afixos pessoais na morfologia nominal e nas posposições, embora o texto careça de referências bibliográficas específicas nos exemplos, a fim de que o leitor saiba a qual trabalho específico da autora se reportar para maiores informações. Também é brevemente tratada a questão dos prefixos relacionais, sendo preferida a nomenclatura adotada por Rodrigues (1996) ao termo “marcador de ligação” empregado por Weiss (1998:78).

Gomes (2007:46) prossegue analisando as formas pronominais de primeira, segunda e terceira pessoas, em relação à sua posição na sentença, nos diferentes contextos possíveis – se aparecem como formas livres ou dependentes, e quais fatores condicionantes em cada caso. Segundo ele, tanto “os pronomes independentes de 1ª e 2ª pessoas referentes ao sujeito” (Gomes 2007:46) quanto “os elementos que correspondem aos pronomes de 3ª pessoa” (Gomes 2007:57) ocorrem em segunda posição na sentença, apresentando características de clíticos de 2ª posição.

No que concerne à particularidade do sistema pronominal do Kayabí, Gomes (2007:57) afirma que “não se tem conhecimento da existência de formas pronominais independentes de 3ª pessoa nas outras línguas da família Tupi-Guarani”, e que “esse sistema pronominal complexo parece ter sido desenvolvido independente pela língua”.

Uma contribuição trazida por Gomes (2007:60), e apontada como inédita na análise do Kayabí, diz respeito ao redobro de clítico. Para ele, “o pronominal de 3ª pessoa redobra o sintagma nominal”, e, “apesar de Dobson falar sobre a co-existência desses pronomes com NPs, a autora não a associa ao fenômeno de redobro, verificado em tantas línguas com clíticos pronominais”. É esse tema, portanto, da análise de pronomes independentes como clíticos, que se constitui como foco do trabalho de Gomes (2007), ao qual remetemos o leitor interessado na discussão.

No tocante à questão da manifestação de gênero no Kayabí, não encontramos novos esclarecimentos no referido trabalho.

**Rafael Saint-Clair Xavier Silveira Braga (UFRJ, 2016):
Cliticização e redobro de clíticos pronominais em Kayabí
(Tupi-Guarani, Tupi): a natureza ambígua de constituintes
clíticos**

Neste trabalho, Braga (2016:11) propõe-se a apresentar uma nova abordagem à questão da cliticização em Kayabí, particularmente “em contextos de redobro de constituintes pronominais”, a partir da verificação da existência de uma “dupla identidade morfossintática” do clítico pronominal. O autor destaca, inicialmente, que “um clítico, à parte os casos de redobro, nem sempre se manifesta como um elemento pronominal” (Braga 2016:130), e que, em sua tese, o foco mantém-se na questão dos clíticos pronominais, os únicos a se redobram em Kayabí (Braga 2016:131).

Na sequência, Braga (2016:156) esclarece que o termo ‘redobro de clítico’:

se refere a elementos pronominais que co-ocorrem com argumentos nucleares em uma sentença, copiando a matriz de traços de tais argumento, e apresentando a mesma referência anafórica nos termos da teoria da ligação (*‘binding theory’*), portando, logo, um mesmo índice referencial. Em outras palavras, conforme Roberts (2010: 128) argumenta, o redobro indica que o clítico e o argumento correspondente *não* estão em uma relação de *distribuição complementar*, como nos casos de clíticos quando não redobram argumentos, ocorrendo o argumento e o clítico em uma mesma estrutura. (grifos no original).

Relativamente aos afixos pessoais em Kayabí e suas particularidades, Braga (2016:40) sintetiza dados já amplamente discutidos na literatura sobre a língua, a partir dos trabalhos de Dobson (1997, 2005), Gomes (2007), entre outros, com ênfase ao tratamento dado por Soares e Monserrat (1984) quanto à hierarquia referencial dos prefixos. O autor também discute brevemente o redobro de argumentos D/NP (sintagma determinante/nominal) por formas clíticas de terceira pessoa, em virtude da variação dessas formas segundo o sexo do falante e do referente (cf. BRAGA 2016:192).

Considerações finais

Conforme procuramos demonstrar, sem pretensões exaustivas, os dados e análises existentes no âmbito dos estudos sobre gênero e número em Kayabí possuem um caráter mais descritivo que analítico. Embora seja possível encontrar algumas considerações sobre o tema nos trabalhos de Faria (2004), Gomes (2007) e Braga (2016), é essencialmente nos de Dobson (1972, 1997, 2005), Weiss (1998) e Souza (2004) que se encontram as contribuições mais robustas. Diante do cenário exposto, esperamos que novos olhares sejam

atraídos e esforços mobilizados a fim que essa lacuna nos estudos em língua portuguesa seja suprida.

Referências bibliográficas

- Audring, Jenny. 2011. Gender. In: Oxford Bibliographies Online: Linguistics. <http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199772810/obo-9780199772810-0066.xml>.
- Braga, Rafael Saint-clair Xavier Silveira. Cliticização e redobro de clíticos pronominais em Kayabí (Tupi-Guarani, Tupi): a natureza ambígua de constituintes clíticos. 2016. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. <http://www.poslinguistica.letras.ufrj.br/images/Linguistica/3-Doutorad> o/teses/2016/BragaRSCXS-min.pdf.
- Cabral, A. S. A. C. C. 2009. Caracterização do sistema de alinhamento do Zo'ê e os fatores condicionadores de suas múltiplas cisões. *Anais do VI Congresso Internacional da Abralinvol*. 2:3145-3153
- Cabral, Ana Suelly A. C.; Manxineru, Lucas; Couto, Fábio; Manchineri, Mariana. 2015. Bases culturais para atribuição de gênero em Manxineru. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 7:321-341.
- Corbett, Greville. 2006. Gender, Grammatical. *Encyclopedia of Language & Linguistics*. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B0080448542001917>.
- Dietrich, W. 2000. Problema de la categoría del adjetivo en las lenguas tupí-guaraníes. In: Hein van der Voort & Simon van de Kerke (eds.), *Indigenous Languages of Lowland South America* [Indigenous Languages of Latin America, 1]:255-263. Leiden: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS).
- Dobson, Rose. 1972. Notas sobre substantivos do Kayabí. In: *Série Lingüística*. nº 1, Brasília, SIL.
- _____. 1997. Gramática prática com exercícios da Língua Kayabí. *Arquivo Lingüístico* N. 228. SIL.
- _____. 2005. Aspectos da língua Kayabí. *Série Lingüística*. N. 12. Brasília: SIL.
- Faria, André Luiz. 2004. Ordem oracional e movimento de clítico de segunda posição em Kayabi (família Tupi-Guarani). Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp.
- Hockett, Charles F. 1958. *A course in modern linguistics*. New York: Holt/Rinehart and Winston.
- Payne, Thomas. 1997. *Describing Morphosyntax: A guide for field linguists*. Cambridge: CUP.
- Regúnaga, María Alejandra. 2014. Bases semánticas y funciones de los mecanismos de categorización nominal en lenguas indígenas sudamericanas. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 6, n. 1:17-36, jul. <http://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/13215/11271>.

- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1985. Relações internas na família linguística Tupi-Guaraní. *Revista de Antropologia* 27/28:33-53, São Paulo.
- _____. 1996. Argumento e predicado em Tupinambá. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, 19:6-18. Maceió: Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN).
- _____; Cabral, Ana Suelly A. C. 2002 Revendo a classificação interna da família Tupi-Guaraní. In: Ana Suelly A. C. Cabral & Aryon D. Rodrigues (Orgs.), *Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática, história*. vol. I:327-337. Belém: EDUFPA.
- Solano E. de J. B. 2009. Descrição gramatical da língua Araweté. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.
- Souza, Patrícia de Oliveira Borges e. 2004. Estudos de aspectos da língua Kayabí (Tupi). Dissertação de mestrado. JEL. Campinas, UNICAMP.
- Weiss, Helga Elisabeth. 1998. Para um dicionário da língua Kayabí. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Recebido em Agosto de 2017

Aceito em Outubro de 2017